RESUMO
Este artigo, de natureza bibliográfica e reflexiva, discute a importância da construção de práticas pedagógicas antirracistas no contexto escolar, com ênfase na valorização das culturas africanas, afro-brasileiras, indígenas e de povos migrantes. Parte-se do reconhecimento de que o racismo estrutura as relações sociais no Brasil e, consequentemente, atravessa o cotidiano das instituições educativas. Nesse sentido, o trabalho busca refletir sobre o papel da escola na promoção da equidade, considerando a implementação da Lei nº 10.639/2003 e suas implicações no currículo. Além disso, propõe caminhos possíveis para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a educação integral, inclusiva e equitativa. Como resultado, evidencia-se que a efetivação de uma educação antirracista depende não apenas de diretrizes legais, mas de uma transformação nas práticas, nos discursos e nas relações estabelecidas no cotidiano escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação antirracista. Práticas pedagógicas. Equidade. Diversidade. Escola.

INTRODUÇÃO

A desigualdade racial no Brasil possui caráter estrutural e sistêmico, atravessando diferentes dimensões socioeconômicas, que vão desde o acesso à educação até as oportunidades no mundo do trabalho. No campo educacional, essa desigualdade se evidencia de forma significativa, manifestando-se no acesso, na permanência, no desempenho escolar e nas oportunidades oferecidas aos estudantes. Nesse contexto, o enfrentamento ao racismo torna-se essencial para a promoção de mudanças efetivas.

Diante desse cenário, a escola assume um papel central, podendo tanto contribuir para a reprodução dessas desigualdades quanto atuar de forma decisiva na sua superação. As atitudes da equipe gestora e do corpo docente são, portanto, determinantes nesse processo, uma vez que influenciam diretamente as práticas pedagógicas, as relações estabelecidas no cotidiano escolar e as oportunidades de aprendizagem oferecidas. Nesse sentido, a construção de uma educação antirracista não se configura como uma escolha opcional, mas como uma necessidade ética, política e pedagógica. Promover uma educação comprometida com a equidade implica reconhecer as desigualdades existentes e atuar intencionalmente para sua superação, por meio de práticas pedagógicas inclusivas, acolhedoras e que valorizem a diversidade.

A Lei nº 10.639/2003 representa um marco importante nesse processo, ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96). Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 amplia essa obrigatoriedade ao incluir também a história e cultura dos povos indígenas. No âmbito municipal, a Lei nº 16.478/2016 reforça esse compromisso, evidenciando a importância de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial na educação.

No entanto, apesar dos avanços legais, a efetivação dessas diretrizes ainda enfrenta desafios, especialmente quando as ações se restringem a momentos pontuais ou datas comemorativas, sem articulação com o currículo e com o cotidiano das Unidades Educacionais. Dessa forma, torna-se fundamental o acompanhamento da implementação dessas políticas, de modo a fomentar reflexões contínuas e ações comprometidas com os princípios da Educação Integral, da Equidade e da Educação Inclusiva.

A fim de contribuir para esse processo, este trabalho, vinculado a um Projeto Especial de Ação, tem como objetivo oferecer subsídios teóricos, promover reflexões sobre as práticas educacionais e propor vivências antirracistas no contexto escolar e para além dele. Parte-se do entendimento de que a valorização das culturas africanas, afrobrasileiras, indígenas e de povos migrantes é fundamental para a construção de uma educa-

cas e com a ideia de uma história única, ampliando o olhar para a diversidade de saberes, culturas e experiências que constituem a sociedade brasileira. Dar visibilidade e protagonismo a esses grupos historicamente marginalizados é uma premissa essencial da escola comprometida com a equidade.

Assim, este trabalho justifica-se pela necessidade de aprofundar as concepções acerca da temática étnico-racial, entendendo que a fundamentação teórica aliada à reflexão sobre a prática contribui para a construção de ações pedagógicas mais conscientes e contextualizadas à realidade da comunidade escolar. Espera-se, com isso, qualificar os processos de ensino e aprendizagem, visando ao fortalecimento das aprendizagens de todos e de cada um dos estudantes.

RACISMO E DESIGUALDADE: REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO ESCOLAR

O racismo, a xenofobia e o apagamento do protagonismo de povos historicamente marginalizados são marcas presentes em diversos materiais formativos, como livros didáticos, revistas, contos e outros recursos amplamente utilizados no contexto escolar. Esses materiais, muitas vezes, contribuem para a reprodução de estereótipos, seja pela ausência de determinados fatos históricos, seja por abordagens simplificadas, caricatas ou distorcidas da realidade.

Expressões e narrativas como "descobrimento do Brasil", "índios são preguiçosos", "homens negros eram desunidos e, por isso, escravizados" ou ainda a centralidade atribuída a determinados grupos, como os imigrantes europeus na construção do país, evidencia perspectivas que não contemplam a complexidade da história brasileira e reforçam visões eurocêntricas.

Nesse sentido, Rosemberg (2003) destaca que as desigualdades e o racismo também são produzidos e reproduzidos de forma intencional nos materiais didáticos, na medida em que naturalizam relações desiguais e, por vezes, afirmam proposições racistas de maneira explícita ou sutil. Assim, é possível compreender que a produção desses materiais está inserida em uma lógica social mais ampla, marcada por estruturas racistas que atravessam a sociedade brasileira.

O racismo e o preconceito, portanto, não se restringem a atitudes individuais, mas se manifestam nas vivências cotidianas, tanto em espaços formais de educação — como escolas e universidades — quanto nos meios de comunicação e nas mídias sociais. Essa compreensão está fundamentada no conceito de racismo estrutural, desenvolvido por Almeida (2018), que propõe a análise das relações sociais a partir das dinâmicas raciais que organizam a sociedade.

Nessa perspectiva, a ideia de raça, na concepção ocidental, pode ser compreendida como uma estrutura de poder que privilegia determinados grupos em detrimento de outros. Como aponta Asante (2010), trata-se de uma lógica que beneficia pessoas brancas, ainda que de forma muitas vezes inconsciente, evidenciando a necessidade de compreender tais dinâmicas para que seja possível enfrentá-las.

O cotidiano das Unidades Educacionais é marcado por uma ampla diversidade de sujeitos, bebês, crianças, adolescentes, jovens, adultos(as), familiares e profissionais da educação. Nesse contexto, compreender os conceitos de raça e racismo, bem como refletir sobre as mediações necessárias diante de situações de discriminação, constitui-se como prática essencial para a promoção de vivências antirracistas.

O racismo, decorrente da hierarquização racial, incide de maneira mais intensa sobre grupos historicamente marginalizados, especialmente a população negra. No entanto, é fundamental reconhecer que povos indígenas e outros grupos também são atingidos por práticas racistas, o que amplia a necessidade de um olhar interseccional sobre a temática.

De acordo com Almeida (2017), o racismo pode ser compreendido como uma forma sistemática de discriminação fundamentada na ideia de raça, manifestando-se por meio de práticas conscientes e inconscientes que produzem desigualdades e privilégios. Para o autor, o racismo não se limita a comportamentos individuais, mas está intrinsecamente ligado ao funcionamento das instituições e às estruturas sociais.

Dessa forma, torna-se imprescindível analisar o cotidiano escolar em suas múltiplas dimensões — as práticas pedagógicas, as relações estabelecidas entre os sujeitos, os processos de acolhimento,

a escolha de conteúdos curriculares, os materiais utilizados e a organização dos espaços — a fim de identificar e transformar práticas que possam reproduzir desigualdades.

Como sintetiza Almeida (2017), o racismo é uma expressão da própria estrutura social, não sendo um desvio ou uma anomalia, mas parte constitutiva das relações sociais. Essa compreensão reforça a necessidade de ações que ultrapassem o nível individual, demandando mudanças mais amplas nas dimensões sociais, políticas e educacionais.

Nesse sentido, a educação se apresenta como um espaço privilegiado para o enfrentamento do racismo, na medida em que possibilita a problematização de discursos, a valorização de saberes historicamente marginalizados e a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade. Assim, promover uma educação antirracista implica não apenas reconhecer a existência do racismo, mas atuar de forma intencional na construção de experiências educativas que rompam com essa lógica nas Unidades Educacionais.

LUGAR DE FALA E A CONSTRUÇÃO DE VOZES NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A expressão "lugar de fala" ganhou maior visibilidade a partir da obra Lugar de fala (2019), da filósofa brasileira Djamila Ribeiro, integrante da coleção Feminismos Plurais. Desde então, o termo passou a circular com frequência em diferentes espaços, especialmente no campo educacional, embora nem sempre seja compreendido em sua complexidade.

especialmente no que se refere ao acesso a direitos e oportunidades. Valorizar a diversidade presente nos contextos educacionais implica reconhecer essas diferenças e compreender a potência existente no ato de ser múltiplo.
Assim, é fundamental que bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos(as) sejam convidados a perceber suas singularidades, suas características e suas histórias, em um movimento que fortaleça identidades e promova o respeito às diversas formas de existência.
A sociedade brasileira, historicamente marcada por um padrão eurocêntrico de beleza, ainda reproduz a valorização de corpos, traços e características associados à branquitude. Nesse cenário, homens e mulheres brancos(as), magros(as) e de cabelos lisos são frequentemente tomados como referência ideal. Diante disso, a escola assume um papel essencial ao ampliar essas referências, promovendo debates, reorganizando os espaços e garantindo a presença de imagens, narrativas e representações que contemplem a diversidade racial e cultural.
Construir práticas pedagógicas antirracistas exige, portanto, intencionalidade. É necessário considerar, no planejamento, princípios e valores civilizatórios africanos, indígenas e de outros povos, reconhecendo que diferentes formas de conhecimento são igualmente legítimas e fundamentais para a formação dos sujeitos. Nesse processo, a escuta ativa e o diálogo com as famílias tornam-se elementos centrais, uma vez que possibilitam a incorporação de saberes e experiências que enriquecem o cotidiano escolar.
Como aponta o rapper Emicida, ao afirmar que "gente só é feliz quem realmente sabe que a África não é um país", evidencia-se a necessidade de romper com visões simplificadoras e estereotipadas sobre o continente africano. Compreender a diversidade dos 54 países que o compõem, suas múltiplas culturas, línguas e histórias, é fundamental para a construção de práticas pedagógicas que valorizem essas riquezas e promovam uma educação mais equitativa.
Nesse contexto, o compromisso com o rompimento de estereótipos torna-se uma responsabilidade ética dos(as) educadores(as). Ao selecionar literaturas, histórias e materiais pedagógicos, é imprescindível priorizar narrativas que evidenciem as potências das populações negras, indígenas e de outros grupos historicamente marginalizados, evitando reduzi-las exclusivamente a contextos de sofrimento.
Embora o processo de escravização seja um marco histórico importante e seus impactos ainda sejam sentidos na atualidade, abordá-lo como narrativa única contribui para o apagamento do protagonismo da população negra na construção do Brasil. Dessa forma, é necessário ampliar o repertório apresentado, destacando resistências, produções culturais, intelectuais e sociais que constituem a história do país.
Diante disso, algumas premissas podem orientar a construção de práticas pedagógicas antirracistas no cotidiano escolar:
O reconhecimento das diferenças como elemento constitutivo e enriquecedor das experiências educativas;
O rompimento com padrões eurocêntricos, ampliando referências estéticas, culturais e identitárias;
A valorização de narrativas que evidenciem potências, sem desconsiderar os processos históricos, mas evitando reducionismos;
O reconhecimento da população negra, indígena e de outros grupos como sujeitos históricos ativos na construção da sociedade brasileira.
Assim, a efetivação de práticas pedagógicas antirracistas exige um compromisso contínuo com a transformação das ações, dos discursos e das relações estabelecidas no espaço escolar, contribuindo para a construção de uma educação mais justa, inclusiva e comprometida com a equidade.

PROJETO LEITURAÇO: CORES E LUGARES NO NOVEMBRO NEGRO

O projeto "Leituraço: Cores e Lugares no Novembro Negro" constitui-se como uma ação pedagógica que articula práticas de leitura a uma perspectiva estética, política e formativa comprometida com a valorização das culturas africanas, afro-brasileiras, indígenas e de povos migrantes.
Ao propor a mediação literária com intencionalidade, o projeto busca ampliar repertórios, desconstruir estereótipos historicamente construídos e fortalecer identidades de estudantes e educadores.
A escolha das obras literárias, nesse

contexto, assume um papel central, na medida em que possibilita o contato com narrativas que evidenciam a potência, a diversidade e a riqueza dessas populações, superando abordagens reducionistas e estigmatizadas. Dessa forma, a literatura é compreendida como um instrumento potente na construção de uma educação antirracista.

ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA

A implementação do projeto envolve diferentes etapas e estratégias, dentre as quais se destacam:

Seleção e organização de títulos literários que contemplem temáticas relacionadas às culturas africanas, afro-brasileiras, indígenas e de povos migrantes;

Divulgação das obras por meio de cartazes ou outros recursos visuais, possibilitando que os estudantes escolham e se inscrevam nas leituras de interesse;

Envolvimento da comunidade escolar — professores(as), gestores(as), funcionários(as) e, quando possível, familiares — na mediação das leituras;

Realização de momentos de leitura simultânea em toda a Unidade Educacional, em um dia da semana, entre a primeira e a segunda aula, promovendo uma experiência coletiva e significativa.

ASPECTOS PEDAGÓGICOS E INTENCIONALIDADE

Para além da organização, é fundamental garantir que a mediação literária seja conduzida de forma qualificada, possibilitando aos estudantes não apenas o acesso às obras, mas também a construção de sentidos a partir das leituras realizadas. Nesse processo, a valorização do acervo da sala de leitura e o incentivo à reflexão crítica são elementos essenciais.

Destaca-se, ainda, a importância de que o projeto não se restrinja ao mês de novembro, mas esteja articulado ao planejamento anual da Unidade Educacional. Considerando que a educação antirracista é uma diretriz da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, o "Leituraço" deve ser compreendido como parte de um conjunto mais amplo de ações intencionais voltadas à promoção da equidade e à valorização da diversidade.

POSSIBILIDADES DE REFLEXÃO

A implementação do projeto também abre espaço para importantes reflexões no contexto escolar, tais como:

A necessidade de produzir e selecionar materiais pedagógicos que dialoguem com os interesses, vivências e contextos dos estudantes;

A desconstrução de perspectivas colonizadas, reconhecendo o papel fundamental de diferentes povos na construção dos conhecimentos e saberes que constituem a sociedade;

O enfrentamento de estereótipos e a promoção de uma leitura crítica sobre as representações sociais das populações negras, africanas e indígenas;

A reflexão docente sobre as próprias práticas pedagógicas e seus atravessamentos;

O fortalecimento do reconhecimento, por parte dos estudantes, de suas identidades, pertencimentos e ancestralidades.

TEXTO REFLEXIVO – CURRÍCULO DA CIDADE: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

O Currículo da Cidade: Educação Antirracista constitui-se como um marco importante na consolidação de políticas públicas educacionais comprometidas com a equidade e a justiça social no município de São Paulo. Mais do que um documento orientador, ele expressa um movimento coletivo de reconhecimento das desigualdades raciais que atravessam a sociedade brasileira e, consequentemente, o cotidiano das escolas. Ao analisar o documento, evidencia-se que a proposta de educação antirracista não se restringe à inclusão de conteúdos específicos no currículo, mas propõe uma mudança mais profunda, que envolve concepções, práticas e relações estabelecidas nas Unidades Educacionais. Trata-se de compreender que o racismo não é um fenômeno isolado, mas estrutural, exigindo, portanto, ações intencionais e contínuas por parte de todos os profissionais da educação.

Nesse sentido, o documento reforça que a educação antirracista deve ser assumida como responsabilidade coletiva, envolvendo não apenas professores(as), mas todos os sujeitos que compõem o espaço escolar. Essa perspectiva amplia o entendimento de que educar para as relações étnico-raciais não é uma tarefa pontual, mas um compromisso cotidiano, que se concretiza nas interações, nas escolhas pedagógicas e na organização dos espaços. Outro aspecto relevante é

o reconhecimento de que a construção desse currículo se deu a partir de experiências e vivências de educadores(as) da própria rede, o que confere ao documento uma aproximação significativa com a realidade das escolas. Conforme apresentado no material, essa construção coletiva possibilita que as orientações dialoguem diretamente com os desafios enfrentados no cotidiano das Unidades Educacionais.

Além disso, o currículo evidencia a importância de superar práticas ainda recorrentes, como a abordagem da temática racial restrita ao mês de novembro, reforçando a necessidade de que a educação antirracista esteja presente "de janeiro a janeiro", como princípio estruturante das ações pedagógicas. Essa perspectiva rompe com a lógica de ações pontuais e contribui para a construção de práticas mais consistentes e signifi-i cativas. O documento também se ancora em princípios fundamentais, como Educação Integral, Equidade e Educação Inclusiva, compreendendo o desenvolvimento dos estudantes em suas múltiplas dimensões e reconhecendo as diferenças como parte constitutiva do processo educativo. Dessa forma, propõe um currículo que não apenas reconhece a diversidade, mas que atua ativamente na superação das desigualdades.

Outro ponto de destaque é o resgate histórico das lutas do movimento negro pela garantia do direito à educação e pela inclusão da história e cultura africa-

contribui para que todos os profissionais saibam como agir, evitando omissões e garantindo maior segurança nas intervenções.
Outro ponto que merece destaque é a compreensão de que o racismo e a xenofobia são fenômenos estruturais, que atravessam a sociedade e se manifestam também no ambiente escolar. Ao afirmar que essas violências não são episódios isolados, o documento convoca a escola a assumir um posicionamento ativo, reconhecendo sua responsabilidade tanto na reprodução quanto na superação dessas práticas.
Nesse contexto, a formação continuada aparece como elemento essencial. O protocolo reforça que a mudança de práticas depende de processos formativos permanentes, capazes de ampliar a consciência crítica dos profissionais e promover novas formas de atuação. Essa perspectiva aproxima o documento de uma concepção de educação que vai além do ensino de conteúdos, assumindo um papel transformador.
Outro aspecto significativo é a valorização do trabalho coletivo. O documento enfatiza que o enfrentamento ao racismo deve envolver toda a comunidade escolar, incluindo gestão, docentes, equipes de apoio e famílias. Essa abordagem rompe com a ideia de que a responsabilidade recai apenas sobre alguns sujeitos e reforça que a construção de uma escola antirracista é um compromisso compartilhado.
Além disso, ao propor a elaboração de planos de ação e o registro sistemático das ocorrências, o protocolo contribui para a produção de dados e para o acompanhamento das práticas desenvolvidas. Essa organização permite não apenas intervir em casos específicos, mas também repensar estratégias pedagógicas e fortalecer políticas públicas voltadas à equidade.
Por fim, o documento se apresenta como um convite à mudança de postura. Mais do que cumprir procedimentos, trata-se de assumir uma posição ética diante das desigualdades, reconhecendo que a escola tem um papel fundamental na construção de relações mais justas. Nesse sentido, o protocolo não apenas orienta ações, mas provoca reflexões, desafiando educadores(as) a transformar o cotidiano escolar em um espaço efetivamente inclusivo.
Assim, refletir sobre esse material implica compreender que o enfrentamento ao racismo exige continuidade, compromisso e ação coletiva. Trata-se de um processo que demanda escuta, estudo e revisão constante das práticas, reafirmando a escola como espaço de formação, proteção e transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões apresentadas, torna-se evidente que a construção de uma educação antirracista no contexto escolar não se dá de forma pontual ou imediata, mas exige um processo contínuo de revisão de práticas, de ampliação de repertórios e de compromisso ético com a equidade. O racismo, compreendido como estrutural, atravessa o cotidiano das Unidades Educacionais e, por isso, seu enfrentamento demanda ações intencionais, planejadas e coletivas.
Ao longo deste trabalho, foi possível evidenciar que a escola ocupa um lugar estratégico nesse processo, podendo tanto reproduzir desigualdades quanto atuar de forma significativa na sua superação. Nesse sentido, a atuação de professores(as), gestores(as) e demais profissionais da educação revela-se fundamental, especialmente quando orientada por princípios como Educação Integral, Equidade e Educação Inclusiva.
A análise das práticas pedagógicas e das propostas apresentadas, como o projeto "Leituraço", reforça que a intencionalidade educativa é um elemento central na promoção de vivências antirracistas. Ao valorizar diferentes culturas, romper com estereótipos e ampliar referências, a escola contribui para o fortalecimento das identidades dos estudantes e para a construção de relações mais respeitosas e inclusivas.
Além disso, os documentos orientadores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, como o Currículo da Cidade: Educação Antirracista e o Protocolo de Prevenção e Enfrentamento ao Racismo e à Xenofobia, evidenciam avanços importantes no âmbito das políticas públicas educacionais. Ambos reforçam que o enfrentamento ao racismo deve estar presente tanto nas práticas pedagógicas quanto nas ações institucionais, garantindo coerência entre o que se propõe e o que se realiza no cotidiano escolar.

No entanto, é importante destacar que a